



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Salto, 28 de abril de 2026

RELATÓRIO Nº 07

RELATÓRIO DA REUNIÃO PÚBLICA HABITAÇÃO: AVANÇOS, DIAGNÓSTICO ATUAL E METAS ATINGIDAS E EFETIVADAS - 24/04/2026 - 14H

INTRODUÇÃO

Na sexta-feira, 24 de abril de 2026, a Câmara Municipal de Salto realizou uma reunião pública focada no tema: habitação: avanços, diagnóstico atual e metas atingidas e efetivadas. O evento foi promovido pela Comissão de Organização, Bens, Serviços, Saúde, Educação, Cultura, Servidores, Meio Ambiente e Administração.

A reunião foi conduzida pelo vereador Arildo Guadagnini e contou com a presença dos vereadores Edemilson Pereira dos Santos, Graziela Costa Leite e Rogério dos Santos Filhos.

Compuseram a mesa de discussão: José Carlos Pascoal e Silvia Steffen, ambos da Pastoral da Moradia; Damares Galvão, do Conselho da Cidade; Fábio Noronha, da Pastoral da Ecologia; Wellington Gessoli, da Pastoral Fé, Política e Cidadania; e Lucas Moreira, do Conselho dos Usuários dos Serviços Públicos.

CONTRIBUIÇÕES

O vereador Arildo Guadagnini apresentou uma abordagem abrangente sobre a situação habitacional de Salto, iniciando com a fundamentação constitucional que reconhece a moradia como direito social essencial. Destacou que o município não possui estimativa oficial do déficit habitacional, embora o poder executivo, através do requerimento número 52/2022, se comprometeu realizar esse levantamento no segundo semestre de 2026. Sua contribuição focou em quatro programas principais: Vida Longa, mutirão da Vila Martins, programas CDHU e Casa Paulista, além do Minha Casa Minha Vida. Arildo explicou que o programa Vida Longa oferece moradia assistida gratuita para idosos vulneráveis acima de 60 anos com renda até dois salários mínimos, em parceria entre estado e prefeitura, contando atualmente com 24 unidades habitacionais no Jardim Çelani. Informou que há 10 idosos contemplados e 14 casas disponíveis, sendo a maior dificuldade encontrar beneficiários dispostos a aceitar as condições do programa, já que os idosos não podem levar bens pessoais para as casas totalmente mobiliadas. Anunciou uma visita ao local no dia 30 às 9 horas com os contemplados. Quanto ao Casa Paulista, relatou que 100 apartamentos já se tornaram realidade em Salto, com subsídio estatal para compra, e que mais 400 unidades estão em processo nas regiões do Nair Maria e Panorama. Sobre o



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Minha Casa Minha Vida, mencionou um processo pendente no Ministério da Cidade contemplando 80 unidades, com 14 apartamentos no bairro Nair Maria e 114 no Santa Efigênia, observando que o andamento está mais lento devido ao período eleitoral. Arildo ressaltou a importância fundamental da Pastoral da Moradia no mutirão da Vila Martins, onde 14 casas populares foram construídas para famílias atingidas pela enchente do João Jabour, iniciado em 27 de março de 2024, com investimento de R\$ 700 mil em materiais. Informou que as famílias receberam auxílio aluguel durante o período de reconstrução, que foi encerrado, e que ainda faltam obras estruturais como rua, horta comunitária e praça. Mencionou também a ocupação da rua Lins no Jardim Marília, onde mais de 120 famílias aguardam políticas públicas de habitação em área de risco próxima à linha férrea. A resposta do executivo às suas demandas foi avaliada negativamente por Arildo, que afirmou não ter sentido firmeza nas respostas aos sete requerimentos encaminhados, descrevendo-as como "muito abertas" e "sempre em análise".

A Pastoral da Moradia, representada por José Carlos Pascoal e Silvia Steffen, apresentou um histórico de 31 anos de trabalho social e religioso motivado pela preocupação com a falta de moradia digna. Pascoal relatou que a pastoral surgiu em 1995 a partir do atendimento da Pastoral da Saúde a uma família de mãe solo cujos membros contraíram tuberculose enquanto moravam em um barraco. Explicou que a pastoral foi criada por iniciativa de Marli Berganti e sua cunhada Célia Berganti para atender famílias em situações precárias que possuem terreno próprio ou cedido por familiares. A pastoral fornece materiais de construção e as famílias realizam o trabalho em mutirão ou contratam profissionais, sendo que em situações muito precárias a pastoral realiza campanhas financeiras para contratar mão de obra. Pascoal descreveu as parcerias com o poder público na década de 90 que resultaram na criação das cidades II e III através de mutirões que retiraram famílias das favelas do Jardim Maria José, Jardim das Nações e Parque das Lavras, embora não tenha conseguido remover pessoas do Jardim Santo Antônio. Mencionou a criação da Associação de Habitação Popular, necessária porque pastorais não podem ser pessoas jurídicas, e citou gestores como Eugênio, João Conti e Geraldo Garcia que trabalharam em conjunto com a pastoral. Informou que o programa Cidade IV foi uma verba perdida da Caixa Econômica Federal que a pastoral assumiu, gerando bons resultados. Pascoal destacou que em 2024 as tratativas com a prefeitura, especialmente através da Secretaria de Ação Social, resultaram no trabalho na Vila Martins para construir as 14 casas.

Silvia Steffen, presidente da associação há 3 anos, apresentou a situação atual do mutirão da Vila Martins com maior detalhe operacional. Informou que falta apenas uma casa para terminar, mas que seu objetivo de entregar casas pintadas com jardim não será alcançado porque as pessoas não desejam fazer o acabamento, esperando receber as casas prontas. Relatou um problema específico: uma senhora se recusa a mudar para a casa construída, preferindo permanecer na área de preservação, argumentando que a casa não acomodará toda sua família. Silvia explicou que a pastoral enfrenta dificuldades financeiras significativas, pois a prefeitura não oferece mais ajuda como fazia anteriormente, e duas colaborações



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

prometidas por vereadores não foram repassadas. Descreveu que a pastoral sobrevive através de uma pequena sala onde vende roupas usadas, sapatos e móveis, e realiza bazares em datas especiais com apoio do Rotary Clube e voluntárias. Mencionou que recebe doações mensais anônimas de pessoas generosas, mas que o custo de materiais como cimento, tijolo e telha está muito elevado. Relatou que as casas da Vila Martins receberam uma quantia limitada de recursos, insuficiente para todas as necessidades, levando a pastoral a buscar promoções e doações de materiais. Silvia destacou que enfrentam problemas com vandalismo, roubo de janelas, portas e materiais de banheiro, o que encarece ainda mais o projeto. Informou que iniciará um recadastramento das famílias por nome para melhor acompanhamento, em parceria com o CRAS. A resposta da prefeitura às suas necessidades foi parcial e insuficiente, com promessas de colaboração que não se concretizaram, levando a pastoral a depender de recursos próprios e doações comunitárias.

O vereador Edemilson Pereira dos Santos apresentou uma posição de apoio às ações da pastoral e reconhecimento dos desafios enfrentados. Agradeceu especificamente o trabalho de Silvia e da Pastoral da Moradia no projeto da Vila Martins, descrevendo como aquelas famílias perdiam tudo nas chuvas fortes antes da intervenção. Informou que a área foi recuperada e arborizada durante a gestão 2021-2024 e que a administração atual, liderada pelo prefeito Geraldo Garcia, pode dar continuidade ao projeto.

Edemilson ressaltou as ações do projeto Vida Longa, iniciado em 2022 com apoio do governador João Dória, vice-governador Rodrigo Garcia e deputado estadual Rogério Nogueira, e destacou o empenho do vereador Arildo quando era secretário de governo para dar continuidade às ações. Respondeu às questões sobre canalização de água no Marília, comprometendo-se a encaminhar como indicação. Reconheceu a importância dos conselhos municipais e informou sobre a criação da Casa dos Conselhos, a ser entregue possivelmente em junho, funcionando junto com a nova Secretaria de Ação Social no prédio da antiga biblioteca. Edemilson também abordou questões de áreas comercializadas clandestinamente, mencionando casos específicos como o residencial da Chapada que foi interdito, dois empreendimentos no Maracajá iniciados em 2014, e uma invasão no Santa Cruz próximo ao Boa Vista. Informou que a prefeitura está buscando regularizar essas áreas através do Reurb, processo iniciado em 2023 em locais como Sítio São João e Iracema. Comprometeu-se a monitorar o programa Vida Longa e ofereceu a possibilidade de criar uma comissão específica para acompanhar o projeto, além de articular com o Conselho Municipal de Assistência Social para controle social efetivo.

A vereadora Graziela Costa Leite apresentou uma contribuição crítica e aprofundada sobre a questão habitacional, iniciando com indignação pela ausência do executivo na reunião. Conectou a habitação a outras áreas como saúde e saneamento, argumentando que a falta de moradia digna gera problemas de saúde e saneamento inadequado. Apresentou dados sobre o déficit habitacional no estado de São Paulo, estimando entre 20 a 25% da população, e calculou que em Salto, considerando 2,5 a 3% da



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

população, isso representa aproximadamente 3.500 moradias em condições indignas. Explicou que essas condições incluem aluguel excessivo que compromete a renda das famílias, impedindo-as de se alimentar adequadamente, se vestir e consumir no comércio local. Descreveu sua experiência pessoal morando em cortiço no Jardim Ângela por 5 anos, compartilhando banheiro coletivo e vivendo em um cômodo único, e ressaltou como esse tipo de moradia deixa marcas nas crianças. Graziela abordou especificamente a situação do Jardim Marília, diferenciando ocupação de invasão, já que a área não é privada e não pertence a um proprietário específico. Argumentou que as famílias do Marília ocuparam uma área inutilizada no final de uma rua próxima à estação férrea, correndo risco de vida, e questionou qual ser humano em condições aceitáveis se submeteria a isso. Mencionou dona Selma como uma das líderes que deveria ter sido contemplada pelo programa Vida Longa, mas faleceu antes. Descreveu a população do Marília como composta por pessoas com deficiência, usuários de drogas doentes, mulheres abandonadas pelos companheiros com filhos deficientes, e mães solas que o estado não consegue cuidar. Relatou que o prefeito Geraldo Garcia visitou a área durante a campanha e novamente após sua eleição, apesar do medo inicial. Elogiou o trabalho da Caritas na região atendendo crianças e fez um apelo à Igreja Católica para olhar para aquela população, argumentando que não podem ser julgados como invasores, mas como pessoas condicionadas pelo sistema. Criticou a retenção de 1% do ICMS pelo governo estadual que deveria ser transferido para habitação, e mencionou programas como CDHU, Casa Paulista e novo programa habitacional que funcionam através de financiamento. Apontou o problema dos "predinhos" abandonados, onde várias pessoas foram colocadas em um único local sem síndico ou organização adequada, com problemas de medição de água. Enfatizou que Salto enfrenta vários problemas habitacionais que não podem ser ignorados. Criticou a falta de orçamento para habitação na LDO e a ausência de 1% do governo estadual. Argumentou que programas são criados para "tampar buraco" mas continuam deixando a população desatendida. Fez um apelo para que a comissão olhe melhor para as 120 famílias do Marília, incluindo muitas crianças, adolescentes, idosos e deficientes. Sugeriu que a União, através da empresa Rumo que tem contrato bilionário, deveria encontrar maneiras de acolher aquelas famílias. Apontou problemas de água e saneamento básico, mencionando que o Rotary instalou filtros recentemente, e conectou infecções intestinais e bacterianas à mortalidade infantil. Argumentou que pessoas no déficit habitacional ganham até cinco salários mínimos e que o aluguel em Salto aumentou muito, com uma casa de 2 quartos, sala e cozinha custando R\$ 2.500, enquanto um trabalhador da Eucatex ganha R\$ 2.100. Sugeriu que se todos os loteadores deixassem áreas para famílias sem condições, talvez resolvessem o problema educacional da cidade. A resposta do executivo às suas demandas foi insuficiente, com falta de participação e comprometimento visível.

Fábio Noronha, membro da Pastoral da Ecologia, apresentou uma contribuição breve mas significativa de apoio e reconhecimento. Expressou felicidade com o trabalho da pastoral que acompanha há vários anos, reconhecendo a dificuldade e o trabalho incansável realizado. Atribuiu a força da pastoral



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

a Deus e descreveu a importância de as pessoas terem sua própria moradia e a oportunidade de chegar em casa à noite com aonde dormir e filhos acolhidos. Considerou a Pastoral da Moradia como uma das mais importantes da diocese e também a mais difícil de trabalhar, reconhecendo que muitas pessoas na cidade de Salto precisam de ajuda. Agradeceu a pastoral e ofereceu o apoio da Pastoral da Ecologia em conjunto.

Lucas Moreira, vice-presidente do Conselho de Usuários de Serviços Públicos e membro de outros conselhos, apresentou uma análise crítica sobre o modelo de habitação em Salto. Reconheceu a grande responsabilidade dos conselheiros municipais e comprometeu-se que os conselhos serão extremamente ativos em relação a temas de habitação. Argumentou que habitação não é simplesmente disponibilizar uma moradia, mas oferecer moradia em local seguro com serviços públicos e acessibilidade adequados. Descreveu a pastoral como o "pulmão" da habitação no município, mas que sofre muito com dificuldades de infraestrutura e recursos. Enfatizou que é responsabilidade de todos, incluindo conselheiros, vereadores e executivo, subsidiar não apenas com recursos financeiros mas com suporte legal necessário. Questionou o modelo de habitação atual, observando que programas habitacionais sempre disponibilizam imóveis em regiões periféricas já lotadas, resultando em pessoas sendo "amontoadas" sem serviços públicos suficientes. Usou o Jardim Marília como exemplo, mencionando que tem duas unidades habitacionais mais a ocupação, mas serviços públicos insuficientes em transportes, saúde, vagas escolares para creche e ensino fundamental. Argumentou que é necessário repensar a habitação desde o início com planejamento adequado. Mencionou que mora de aluguel e que o custo é desproporcional à realidade de Salto. Questionou quais são os critérios para o município participar de programas federais e estaduais como Casa Paulista, observando que outras cidades são contempladas com mais frequência. Levantou preocupações específicas sobre o Santa Cruz, que tem dificuldades com abastecimento hídrico, questionando se mais habitações naquela região conseguiriam atender a demanda de saneamento básico e água. A resposta do executivo foi insuficiente, com falta de clareza sobre critérios e planejamento integrado.

Wellington Gessoli, membro da Pastoral Fé e Política, apresentou uma contribuição focada em mecanismos de fiscalização e preocupações com a qualidade do processo de seleção de beneficiários. Colocou a pastoral aberta a discussões e participação no problema habitacional. Argumentou que é necessário criar mecanismo para saber de onde vêm as pessoas que recebem moradias, para evitar que a cidade se torne uma "fábrica de residências". Mencionou que muitos cidadãos saltenses não têm casa própria por falta de oportunidade, mas não vão invadir casas, preferindo fazer sacrifícios para manter o aluguel. Relatou conhecer casos de pessoas que invadem, recebem casas e possuem outras residências, expressando preocupação com falta de fiscalização adequada. Citou exemplos de pessoas em situação de rua que recusam ajuda de instituições, aproveitando da bondade da população brasileira. Ressaltou que a população é colaborativa, como demonstrado em campanhas de desapego e ajuda a cidades como Sorocaba após enchentes. Argumentou que é necessário cuidado para garantir que as pessoas que



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

realmente merecem recebam as moradias, sem que outras ocupem lugares de pessoas que precisam mais. A resposta foi de reconhecimento da importância da fiscalização, mas sem comprometimentos específicos do executivo.

Em sua segunda intervenção, José Carlos Pascoal complementou informações sobre a sustentabilidade da pastoral. Explicou que a pastoral sobrevive através de um bazar brechó na sede localizada na Atibaia 203 no Jardim Marília, e bazares de guardanapos realizados em datas especiais como Dia das Mães, Dia dos Pais, Natal e outros. Mencionou que o Rotary Clube oferece grande apoio, ajudando Sílvia a realizar bazares. Descreveu que voluntárias preparam materiais como guardanapos e toalhas que são vendidos de casa em casa ou via WhatsApp, atingindo outras famílias. Abordou a questão das emendas impositivas não repassadas, mencionando que vereadores repassaram recursos que ficaram engavetados pela Secretaria de Governo. Informou que cobrou constantemente mas a verba não foi disponibilizada. Explicou que essas verbas seriam para melhorar a sede, não para construir ou reformar casas. Descreveu que a pastoral recebe doações de materiais quando faz apelos, sendo a população muito generosa, mas às vezes recebe doações que não pode aceitar, como telhas por falta de espaço, areia e pedra que precisam ser retiradas. Mencionou que descobriu famílias em construção que fazem a retirada e levam o material. Relatou que a pastoral em 31 anos de atividade atendeu mais de 2.000 famílias. Mencionou que têm vários cadastros recebidos mas o atendimento maior está voltado para término das obras das 14 casas da Vila Martins. Descreveu o trabalho de desfavelamento que a pastoral foi fundamental para realizar com as três grandes favelas. Informou que hoje é mais difícil atender 50 famílias por ano, mas estão tentando voltar a esse atendimento. Mencionou a visita do bispo diocesano Dom Arnaldo à sede durante visita pastoral à paróquia Nossa Senhora Aparecida. Explicou que sempre que termina uma obra, diáconos acompanham as pastorais para agradecimento a Deus. Descreveu que a oração é ecumênica, não visitando apenas famílias católicas mas de vários segmentos religiosos, inclusive de matriz africana. Informou que o diácono Vandelino e ele acompanham mais os agentes. Relatou experiência de 4 anos como presidente do Conselho Municipal da Pessoa Idosa e participação em conselho de trânsito, onde precisou abandonar por brigar na rua contra desobediência do trânsito. Mencionou dificuldade com falta de participação do executivo nas reuniões de conselho, às vezes tendo conselho completo da sociedade civil mas nenhum representante do executivo. Sugeriu que essa é um dos problemas que afetam a sociedade. Propôs que programas governamentais federais e estaduais sejam absorvidos pelo município para ter política habitacional da cidade usando esses meios. A resposta do executivo foi insuficiente em termos de participação e comprometimento com as demandas da pastoral.

Damarcos Galvão, representante do Conselho da Cidade, CMAS e conselhos de Assistência Social e Saúde, apresentou uma contribuição focada em soluções e articulação. Expressou que gosta de terminar discussões com soluções, mas reconheceu que aqui as soluções não dependem apenas dos conselheiros, precisando de articulação maior. Agradeceu o trabalho da Câmara Legislativa na comissão e



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

o trabalho da pastoral. Mencionou que acompanha muitas organizações pela assistência social e que é fantástico o trabalho realizado. Ofereceu apoio do conselho, reconhecendo que a pastoral não está inscrita no conselho mas tem bagagem muito grande. Apontou como dificuldade principal que Salto precisa de assessoramento para associações e organizações. Expressou constrangimento pela situação de emenda impositiva que ficou parada, constrangendo a população, executivo e legislativo. Sugeriu que é necessário assessoramento para que o dinheiro não fique barrado. Apontou como segundo ponto a falta de utilização adequada de áreas públicas, principalmente APPs (áreas de preservação permanente) que geralmente são ocupadas. Argumentou que as APPs não estão sendo utilizadas corretamente e que é necessário uso consciente. Mencionou que as APPs não precisam ficar isoladas, podendo ter pista de corrida ou caminhada que mantenha movimentação e evite ocupação. Enfatizou a importância da intersectorialidade entre educação, saúde, habitação e assistência social, argumentando que tudo está sobrando para assistência social enquanto outras secretarias não fazem seu papel. Questionou por que a intersectorialidade não funciona na cidade, sugerindo que pode ser questão de ego entre secretários. Mencionou que existem reuniões que são postadas mas não são efetivas. Argumentou que para habitação funcionar e todos terem dignidade, é necessário integração entre educação, saúde, assistência social e habitação. Apontou que a cidade não tem secretaria fixa de habitação, apenas desenvolvimento urbano. Sugeriu que a cidade precisa muito de estudo, não só dessa área mas de todas. Mencionou que Secretaria de Obras tem apenas 13 milhões de orçamento, questionando como darão conta de tudo que precisa ser feito. Relatou que a Secretaria de Obras tem cadeira no Conselho da Cidade mas nunca enviou representante, apesar de ela participar de todas as reuniões exceto uma. Mencionou que Secretaria de Obras alegou ter lista de coisas para fazer e que reunião é às 18h30, questionando se alguém trabalha depois disso. Informou que da lista recebida do Conselho da Cidade, Secretaria de Obras tinha apenas duas obras: sala de troféus e extensão da educação, sem nenhuma obra proposta para a região do Marília. Questionou quem faz controle social dos programas, mencionando que existe Conselho Municipal de Habitação que desde gestão passada teve eleição e membros tomaram posse, mas executivo passado e atual não convocaram o conselho para atuação. Argumentou que existem ferramentas para fiscalização e participação popular mas burocracias da máquina pública deixam a desejar. Sugeriu que é importante que esses mecanismos sejam ativos oficialmente pelo poder executivo. Propôs buscar exemplos de outras cidades e estados para melhorar habitação. Finalizou argumentando que poder executivo precisa articular com Estado e União e com seus partidos políticos para trazer benefício para a cidade, aumentando financiamento já que o próprio é escasso. Afirmou que "a cidade de Salto precisa dar um salto" e que escolheu a cidade para seu filho crescer, comprometendo-se a continuar lutando. A resposta do executivo foi insuficiente em termos de articulação e implementação de soluções propostas.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

ANÁLISE DOS DADOS APRESENTADOS

Um aspecto significativo identificado na documentação é a ausência de estimativa oficial do déficit habitacional em Salto. O município não possui um diagnóstico atualizado dessa demanda, o que representa uma lacuna importante no planejamento habitacional. O Poder Executivo comprometeu-se, através do requerimento nº 52/2026, a realizar esse levantamento no segundo semestre de 2026. Essa ausência de dados dificulta o estabelecimento de metas precisas e a alocação eficiente de recursos para políticas habitacionais.

Salto conta atualmente com três principais programas habitacionais em execução. O Programa Vida Longa destina-se a idosos vulneráveis, oferecendo moradia assistida gratuita através de parceria entre Estado, CDHU e Prefeitura, com critérios de renda até 2 salários mínimos e residência mínima de 2 anos no município. A primeira etapa prevê a entrega de 24 unidades habitacionais no Jardim Celani, com visitação do local agendada para 30 de abril de 2026.

O Programa Casa Paulista, de âmbito estadual, apresenta previsão de aproximadamente 400 unidades habitacionais, localizadas no Parque Laguna. Esse programa representa uma oportunidade significativa para centenas de famílias que aguardam acesso a habitação digna.

O Programa Minha Casa Minha Vida, de responsabilidade federal através da Caixa Econômica Federal, cadastrou 224 unidades habitacionais em Salto, distribuídas entre o Jardim Nair Maria (80 unidades) e Jardim Santa Efigênia (114 unidades). Contudo, esse programa encontra-se em pendência junto ao Ministério das Cidades, o que impacta o cronograma de execução.

Além dos programas governamentais, destaca-se o Mutirão Vila Martins, realizado em parceria com a Pastoral da Moradia. Esse projeto resultou na construção de 14 casas populares para famílias atingidas por enchentes no bairro João Jabour, iniciado em 27 de março de 2024. O investimento aproximado foi de R\$ 700 mil em materiais, complementado pela doação de terreno. Das 14 moradias, 11 encontram-se prontas com moradores (ainda faltando acabamentos), enquanto três estão em fase de conclusão através de mutirão. A Prefeitura repassou R\$ 693.131,60 à Associação Comunitária de Habitação Popular de Salto para essa finalidade.

A Pastoral da Moradia, instituição com 31 anos de atividade, atendeu mais de 2 mil famílias através de reformas e construções de casas. Funciona com recursos próprios obtidos através de um bazar tipo "brechó", doações de materiais de construção e contribuições de entidades. Sua atuação é particularmente relevante no atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade que possuem terrenos próprios.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

A documentação revela diversos desafios estruturais no setor habitacional de Salto. A ocupação na Rua Lins, no Jardim Marília, próxima à linha férrea, abriga mais de 120 famílias em situação de risco, sendo identificada como o maior problema de moradia no município atualmente. Essas famílias aguardam políticas públicas e programas de realocação.

O município não possui um Plano Municipal de Habitação formalmente instituído, embora tenha programação para sua elaboração em 2026. Essa ausência representa uma limitação no planejamento estratégico de longo prazo. Adicionalmente, não existe um plano ou projeto específico municipal para melhoria das condições habitacionais de moradores em situação de vulnerabilidade social, dependendo exclusivamente de programas estaduais e federais.

A falta de registro oficial de ocupações irregulares e assentamentos precários é outra lacuna identificada. A Secretaria de Desenvolvimento Urbano está providenciando esses levantamentos, mas ainda não dispõe de dados consolidados. Essa ausência de informações dificulta o planejamento de ações de regularização e urbanização.

O município instituiu a Lei Municipal nº 4.141/2024, que regulamenta o Aluguel Social destinado a famílias residentes em áreas irregulares, de risco ou com decisão judicial de desocupação. Foram repassados R\$ 198 mil através desse programa para moradores que deixaram a Área de Preservação Permanente no bairro João Jabour.

Salto possui um Fundo Municipal de Habitação ativo, embora a documentação não especifique o volume de recursos disponíveis ou sua utilização. O Plano Diretor do município contém disposições relacionadas à habitação, conforme artigo 12, servindo como referencial normativo mesmo na ausência de um plano habitacional específico.

Um padrão significativo identificado é a indefinição de cronogramas precisos para a maioria dos programas em andamento. Os programas Casa Paulista e Minha Casa Minha Vida encontram-se em trâmites administrativos junto aos governos estadual e federal, sem datas definitivas de início ou previsão de entrega. Essa situação impacta o planejamento das famílias beneficiárias e a capacidade de previsão de impactos urbanos.

O Termo de Colaboração firmado em fevereiro de 2024 com a Associação Comunitária de Habitação Popular estabelece prazo de 36 meses para conclusão das obras do Mutirão Vila Martins, com vigência até 25 de fevereiro de 2027. Existem também consultas de empreendedores junto à Secretaria de Desenvolvimento Urbano sobre possibilidade de aprovação de novos empreendimentos verticais do Minha Casa Minha Vida, porém sem protocolização formal de projetos.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

ENCAMINHAMENTOS FINAIS

Indicamos ao Poder Executivo que conclua o levantamento do déficit habitacional conforme compromisso assumido no requerimento nº 52/2022, priorizando sua finalização para o segundo semestre de 2026, estabelecendo cronograma específico com responsáveis e marcos de entrega, de modo a fundamentar todas as políticas habitacionais subsequentes com dados precisos e atualizados.

Indicamos ao Poder Executivo que elabore um Plano Municipal de Habitação integrado, contemplando diagnóstico completo, metas quantificáveis para 2026-2035, fontes de financiamento, cronogramas realistas e indicadores de monitoramento, estabelecendo habitação como política pública estruturante e não apenas como resposta a demandas emergenciais.

Indicamos ao Poder Executivo que realize levantamento oficial consolidado de todas as ocupações irregulares, assentamentos precários e áreas de risco habitacional, incluindo a Rua Lins (Jardim Marília com 120+ famílias), criando banco de dados georreferenciado que permita planejamento integrado de intervenções e alocação de recursos.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça Secretaria Municipal de Habitação como órgão permanente e autônomo, dotada de orçamento próprio, equipe técnica multidisciplinar e poder de articulação intersetorial, desvinculando a habitação de outras secretarias e garantindo continuidade administrativa independente de mudanças políticas.

Indicamos ao Poder Executivo que implemente sistema obrigatório de articulação intersetorial entre Habitação, Saúde, Educação, Assistência Social, Saneamento e Desenvolvimento Urbano, com reuniões mensais formalizadas, pautas integradas e responsabilidades compartilhadas, superando a atual fragmentação que sobrecarrega a assistência social.

Indicamos ao Poder Executivo que ative e operacionalize o Conselho Municipal de Habitação, convocando regularmente seus membros eleitos, estabelecendo calendário de reuniões, pautas públicas e mecanismos de participação popular, transformando-o em instrumento efetivo de controle social e planejamento participativo.

Indicamos ao Poder Executivo que garanta participação sistemática de representantes do executivo em todas as reuniões do Conselho da Cidade, Conselho Municipal de Assistência Social e demais conselhos setoriais, com poder de decisão e comprometimento com implementação de deliberações, eliminando a atual ausência de representação que compromete a efetividade das políticas.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça cronograma detalhado e público para o Programa Vida Longa, incluindo: (a) estratégia de identificação e sensibilização de beneficiários potenciais,



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

considerando as dificuldades relatadas de aceitação das condições; (b) flexibilização de critérios quando possível, permitindo que idosos tragam bens pessoais essenciais; (c) acompanhamento psicossocial pós-ocupação; (d) meta de ocupação das 14 casas disponíveis no Jardim Celani em prazo definido.

Indicamos ao Poder Executivo que acelere os trâmites administrativos junto ao Ministério das Cidades para desbloqueio do Programa Minha Casa Minha Vida, estabelecendo contatos diretos com órgãos federais, articulando com deputados federais e senadores, e criando força-tarefa interna para resolução de pendências, com relatório mensal de progresso.

Indicamos ao Poder Executivo que intensifique articulação com governo estadual para ampliação do Programa Casa Paulista além das 400 unidades previstas, considerando a magnitude do déficit habitacional municipal, apresentando projetos complementares e buscando recursos adicionais através de emendas parlamentares estaduais.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça protocolo de seleção de beneficiários para todos os programas habitacionais, com critérios transparentes, publicizados e auditáveis, incluindo verificação de propriedade de outros imóveis, endereço de residência anterior e situação socioeconômica, respondendo às preocupações levantadas sobre fiscalização adequada.

Indicamos ao Poder Executivo que realize investimento complementar em infraestrutura urbana da Vila Martins, incluindo: (a) pavimentação e drenagem de rua; (b) construção de horta comunitária com gestão participativa; (c) praça com equipamentos de lazer; (d) iluminação pública; (e) coleta de lixo regular, transformando o local em bairro integrado e não apenas em conjunto habitacional isolado.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça parceria formal e permanente com a Pastoral da Moradia através de termo de colaboração renovável, incluindo: (a) repasse anual de recursos para manutenção da sede e operação; (b) disponibilização de espaço público para bazar e atividades; (c) apoio técnico para gestão administrativa; (d) reconhecimento institucional como entidade de utilidade pública municipal.

Indicamos ao Poder Executivo que implemente programa de assessoramento técnico e jurídico para organizações da sociedade civil que trabalham com habitação, incluindo Pastoral da Moradia, Caritas e demais entidades, fornecendo suporte para gestão administrativa, prestação de contas, captação de recursos e formalização de parcerias.

Indicamos ao Poder Executivo que reconheça formalmente a ocupação da Rua Lins (Jardim Marília) como questão de habitação e não como invasão, considerando que a área é pública e não pertence a proprietário específico, e que as 120+ famílias ocupantes estão em situação de vulnerabilidade extrema, merecendo políticas de acolhimento e não criminalização.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

Indicamos ao Poder Executivo que elabore Plano de Intervenção Integrada para o Jardim Marília, contemplando: (a) regularização fundiária das ocupações; (b) melhorias de infraestrutura (água, saneamento, energia, transporte); (c) relocação ordenada para programas habitacionais quando necessário; (d) acompanhamento psicossocial; (e) geração de renda e inclusão produtiva; (f) acesso a saúde, educação e assistência social.

Indicamos ao Poder Executivo que priorize as 120+ famílias do Jardim Marília para inclusão nos Programas Casa Paulista e Minha Casa Minha Vida, estabelecendo cota específica e cronograma de atendimento, considerando a situação de risco próximo à linha férrea e a vulnerabilidade da população (pessoas com deficiência, mulheres solo, usuários de drogas em tratamento).

Indicamos ao Poder Executivo que articule com a empresa Rumo (concessionária ferroviária) para que assuma responsabilidade social corporativa na região do Jardim Marília, considerando seu contrato bilionário, buscando contribuições para infraestrutura, segurança ferroviária e programas sociais complementares.

Indicamos ao Poder Executivo que implemente programa de saneamento básico emergencial no Jardim Marília, incluindo: (a) instalação de filtros de água (continuando iniciativa do Rotary); (b) melhorias de drenagem; (c) coleta regular de lixo; (d) campanhas de saúde preventiva; (e) monitoramento de doenças infecciosas e parasitárias, conectando habitação digna à redução de mortalidade infantil.

Indicamos ao Poder Executivo que inclua na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2027 dotação específica e permanente para habitação, estabelecendo percentual mínimo do orçamento municipal dedicado a políticas habitacionais, criando fundo rotativo que não dependa exclusivamente de programas federais e estaduais.

Indicamos ao Poder Executivo que maximize captação de emendas parlamentares (federais e estaduais) para habitação, designando servidor específico para articulação com deputados e senadores, apresentando projetos estruturados e viáveis, diversificando fontes de financiamento além do orçamento municipal.

Indicamos ao Poder Executivo que explore possibilidades de financiamento inovador, incluindo: (a) parcerias público-privadas com loteadores que reservem percentual de áreas para habitação social; (b) captação de recursos de fundos de desenvolvimento; (c) crowdfunding para projetos específicos; (d) doações de empresas com incentivos fiscais.

Indicamos ao Poder Executivo que implemente programa de regularização de "predinhos" abandonados (conjuntos habitacionais com problemas de gestão), incluindo: (a) nomeação de síndicos;



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br

(b) organização de assembleias; (c) regularização de medição de água; (d) manutenção de áreas comuns; (e) mediação de conflitos entre moradores.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça política clara sobre uso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), permitindo atividades compatíveis como pistas de caminhada e corrida que mantenham movimentação e evitem ocupações irregulares, sem comprometer função ambiental das áreas.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça política de "Lotes Sociais" obrigatória para novos loteamentos, exigindo que loteadores reservem percentual mínimo (10-15%) de áreas para famílias de baixa renda, com financiamento facilitado ou doação, transformando mercado imobiliário em instrumento de inclusão.

Indicamos ao Poder Executivo que implemente programa de "Reforma Assistida" para casas em áreas de risco ou com problemas estruturais, fornecendo materiais e orientação técnica para que famílias realizem melhorias, ampliando capacidade de atendimento além da construção de novas unidades.

Indicamos ao Poder Executivo que crie "Banco de Materiais de Construção" municipal, coletando doações de empresas e população, armazenando e distribuindo para famílias em situação de vulnerabilidade, reduzindo custos de projetos como o da Pastoral da Moradia.

Indicamos ao Poder Executivo que estabeleça Sistema de Monitoramento de Políticas Habitacionais com indicadores públicos, atualizados mensalmente, incluindo: (a) número de famílias atendidas por programa; (b) cronograma de execução; (c) recursos investidos; (d) metas alcançadas; (e) desafios identificados, garantindo transparência e accountability.

Indicamos ao Poder Executivo que crie mecanismo de ouvidoria específico para habitação, permitindo que cidadãos denunciem irregularidades, façam sugestões e acompanhem respostas, fortalecendo controle social e responsabilização.

Indicamos ao Poder Executivo que organize campanhas periódicas de sensibilização junto à população sobre importância de habitação digna, conectando-a a saúde, educação e desenvolvimento infantil, mobilizando apoio comunitário para políticas habitacionais.

Indicamos ao Governo Federal, através do Ministério das Cidades, que priorize o desbloqueio do Programa Minha Casa Minha Vida para Salto, acelerando análise de pendências junto à Secretaria Nacional de Habitação.

Indicamos ao Governo Federal, através do Ministério das Cidades que estabeleça linha de financiamento específica para regularização fundiária (Reurb) em municípios como Salto, fornecendo recursos técnicos e financeiros para aceleração de processos em andamento desde 2023.



Câmara da Estância Turística de Salto

Av. D. Pedro II, 385 - Centro - Fone: (11) 4602-8300 - Fax: (11) 4602-8300

CEP 13320-900 - Salto - SP - CNPJ 48.986.798/0001-19

E-mail: camarasalto@camarasalto.sp.gov.br

Site: www.camarasalto.sp.gov.br


Indicamos ao Governo Federal, através do Ministério das Cidades que invista em infraestrutura de saneamento básico em áreas de ocupação irregular como Jardim Marília, considerando que falta de água, esgoto e drenagem gera doenças infecciosas e parasitárias que aumentam mortalidade infantil.

Indicamos ao Governo Federal, através do Ministério dos Transportes (Secretaria de Transportes Ferroviários) e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que articule com empresa Rumo (concessionária ferroviária sob concessão federal) para que assuma responsabilidade social corporativa na região do Jardim Marília, considerando seu contrato bilionário e impactos da infraestrutura ferroviária na ocupação irregular próxima à linha férrea.

Todas as informações sobre a Reunião Pública consta no site da Câmara no seguinte link: <https://www.camarasalto.sp.gov.br/politicas-publicas/category/639-habitacao-avancos-diagnostico-atual-e-metas-atingidas-e-efetivadas-24-04-2026-14h>

EDEMILSON PEREIRA DOS SANTOS

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO, BENS, SERVIÇOS, SAÚDE,
EDUCAÇÃO, CULTURA, SERVIDORES, MEIO AMBIENTE E ADMINISTRAÇÃO


GRAZIELA COSTA LEITE
MEMBRO


ARILDO GUADAGNINI
MEMBRO